

Brasil fecha acordo e paga US\$ 700 milhões

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — O Brasil e o Comitê Assessor dos Bancos Credores definiram na noite de sábado os pontos básicos do acordo de reescalonamento a médio prazo da dívida externa com os bancos comerciais, que deverá estar definitivamente fechado até o final de março e possibilitará ao país um fluxo total de recursos de 6 bilhões 400 milhões de dólares. O primeiro desembolso, porém, está previsto apenas para o fim de junho, após a adesão dos mais de 700 bancos credores ao acordo.

Com o acordo, o Brasil pagará ainda esta semana, de acordo com o ministro Mailson da Nóbrega, US\$ 700 milhões de dólares aos bancos credores, relativos a parte da dívida de janeiro (500 milhões) ao total dos juros vencidos em fevereiro (200 milhões).

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, após despacho extraordinário com o Presidente José Sarney, anunciou ontem à tarde a redução pela metade do percentual hoje cobrado para as taxas de risco (os *spreads*), fixado em 0,8125% (igual ao obtido pelo México) e a fixação do montante de crédito da ordem de 5 bilhões 800 milhões de dólares. Esse total independe do empréstimo-ponte de 3 bilhões de dólares negociado no final do ano passado e que deve ser pago até junho.

Mailson informou que os bancos aceitaram reformular os *spreads* de parte do estoque da dívida — de 48 a 50 bilhões de dólares — do setor público através do princípio do *carve-out* (a expectativa brasileira era rever os *spreads* de toda a dívida, inclusive a do setor privado) e repor as linhas comerciais de curto prazo no total de 600 milhões de dólares, através da criação de mecanismos especiais. Desse total, os 14 bancos que compõem o Comitê se comprometeram, segundo Mailson, a liberar, antes mesmo do fechamento do acordo, cerca de 300 milhões de dólares, para financiar as exportações brasileiras.

Incentivo — O Brasil admitiu também pagar a taxa adicional (que o ministro da Fazenda qualificou de “comissão de incentivos”) para os bancos que aderirem mais rapidamente ao acordo. Essa taxa, fixada em 0,37% do montante que cada banco desembolsar, poderá gerar um custo adicional ao país de até 19 milhões de dólares (se incidir sobre os 5,8 bilhões de dólares), o que é considerado “bastante razoável” por Mailson pois, na sua opinião, a rapidez da adesão “é uma vantagem para o país”. Segundo ele, essa taxa é a mesma paga pela Argentina.

Outra decisão que consta no acordo foi a criação de mecanismos de estímulo à permanência dos depósitos interbancários e de comércio, estabelecendo que os bancos que tenham insuficiência das linhas de

crédito não tenham direito a operações de reempréstimos (*relending*) e conversão de dívida.

Embora ainda não estejam estabelecidos os prazos, montante, processos e forma de operacionalização do *carve-out*, Mailson estima que o Brasil poderá ter uma economia de até 1 bilhão de dólares em relação aos juros vencidos em 1987 e a vencerem em 1988 e parte de 1989, caso haja a reformulação das taxas de risco. Se isso ocorrer, poderá até mesmo haver uma redução do total de desembolso dos créditos pelos bancos credores, ou seja, a economia gerada pelo *carve-out* poderá ser compensada com a diminuição de créditos.

— Queremos nos endividar apenas o necessário. Se não precisarmos de mais recursos, não vamos pedir — argumentou o ministro da Fazenda.

Reescalonamento — Segundo Mailson, está sendo negociada uma dívida da ordem de 67,6 bilhões de dólares, dos quais 95% serão objeto de reescalonamento, abrangendo todos os vencimentos que ocorram de 1986 a 1993. Esse ponto ainda não foi acertado com os bancos, mas, segundo Mailson, “há um ambiente favorável” para que isso ocorra.

Dos 10% restantes para o fechamento do acordo, um item importante é a fixação dos prazos para pagamento e carência desses novos créditos. O governo brasileiro quer um prazo de 8 a 10 anos para começar a pagar essa dívida nova, e de 20 a 25 anos para amortizar os novos créditos, segundo Mailson, que não revelou a contraproposta dos bancos credores.

Outro ponto em suspenso é em relação às taxas de juros. A intenção do governo é substituir, definitivamente, a incidência da *prime rate* (a taxa de juros habitualmente cobrada pelos bancos americano) pela *libor* (preferida pelos bancos europeus), que é habitualmente mais baixa. No final do ano, a *prime* estava cotada em 8,5% ao ano, enquanto a *libor* estava fixada em 7%. Além disso, argumenta Mailson, cerca de 80% do total da dívida brasileira com os bancos comerciais são regidos pela *libor*. Anunciou ainda a necessidade de se negociar um novo empréstimo-ponte para pagar os juros que vencerão em abril, maio e junho, para evitar a utilização das reservas.

Quanto à dívida que vencerá em março (230 milhões de dólares, aproximadamente), Mailson garantiu que só será paga após o fechamento do acordo com os bancos, o que poderá representar o fim oficial da moratória brasileira. Tecnicamente, a moratória já acabou: de dezembro a fevereiro, o Brasil já pagou 2 bilhões e 700 milhões de dólares, sendo que 1,7 bilhão com suas reservas e o restante refinanciado no acordo interino, liquidando parte da dívida vencida em 1987.



Mailson: Brasil pagará taxa adicional para apressar adesões

Principais pontos do acordo

- Bancos emprestam US\$ 5,8 bilhões para pagamentos de juros de 87/88/89.
- Brasil paga esta semana US\$ 700 milhões
- Fixação de *spreads* como o mexicano de 0,8125%.
- Brasil aceita pagar uma comissão, além dos juros e do *spread*
- O novo *spread* não incide sobre a dívida privada. Apenas a pública.
- Bancos concedem novos US\$ 600 milhões de créditos comerciais.